

Precarização do trabalho e adoecimento docente em contextos de multicampia: um estudo de caso sobre docentes substitutos da universidade do estado da Bahia – UNEB

Liane Nascimento dos Santos
Jailson Braga Brandão

Resumo

O presente artigo analisa os processos de precarização do trabalho, na contemporaneidade, de docentes substitutos atuantes em uma universidade pública estadual, multicampi e multirregional, presente em 24 territórios de identidades do Estado da Bahia. Nesse cenário, destaca a perspectiva dos docentes universitários com contratos temporários, a partir de suas representações acerca das condições e relações de trabalho que reproduzem, considerando a natureza do vínculo a que estão submetidos e, ainda, as especificidades da multicampia. A investigação sustentou-se nos pressupostos analíticos de Druck (2007; 2011), Alves (2013), Dejours (2015), Standing (2014), dentre outros. Os resultados obtidos, produtos da triangulação de técnicas, como análise bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas, apontaram para a vivência desses profissionais em ambientes de precarização que desencadeiam adoecimentos e fragilidades de toda ordem, distanciando-os da perspectiva de contratações com vínculos permanentes e estáveis, compatíveis com as reais necessidades e funções de tais instituições sociais.

Palavras-chave: Educação Superior. Condições do Trabalho Docente. Doença.

Liane Nascimento dos Santos

Universidade do Estado da Bahia-
UNEB

E-mail: carlaliane@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0003-3964-5802>

Jailson Braga Brandão

Universidade do Estado da Bahia-
UNEB

E-mail: jailsonbraga@terra.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7305-8698>

Recebido em: 19/12/2019

Aprovado em: 20/04/2020



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e70780>

Abstract

Precarization of work and professor sickness in multicampia contexts: a case study on substitute professors of Bahia state university – UNEB

Such a paper analyzes the processes of precariousness of the work, in contemporary circumstances, of substitute professors working in a public, state, multicampi and multirregional university, present in the 24 territories of identities of the State of Bahia. In this scenario, it highlights the perspective of university professors with temporary contracts and their representations about the working conditions and relationships they reproduce by considering the nature of the bond to which they are submitted and, also, the specificities multicampi configuration. The research was based on the analytical Druck's (2007; 2011) assumptions, Alves (2013), Dejours (2015) and Standing (2014). The results obtained, products of the triangulation of techniques such as bibliographic analysis, documentary analysis and semi-structured interviews, point to the experience of these professionals in precarious environments that trigger illnesses and weaknesses of every order by distancing them from the perspective of hiring permanent and stable bonds, compatible with the real needs and functions of such social institutions.

Keywords:

Higher Education.
Conditions of
Teaching Work.
Disease.

Resumen

Precarización del trabajo y dolencia de profesores en contextos de multicampia: un estudio de caso sobre profesores sustitutos de la universidad del estado de Bahía – UNEB

Este artículo analiza los procesos de precarización del trabajo, en la contemporaneidad, de profesores sustitutos que trabajan en una universidad pública, estatal, multicampus y multirregional, presente en los 24 territorios de identidades del Estado de Bahía. En este escenario, destaca la perspectiva de los profesores universitarios con contratos temporales y sus representaciones sobre las condiciones de trabajo y las relaciones que reproducen, teniendo en cuenta la naturaleza del vínculo al que están sometidos y, también, las especificidades de una universidad multicampus. La investigación se basó en los supuestos analíticos de Druck (2007; 2011), Alves (2013), Dejours (2015) y Standing (2014). Los resultados obtenidos, productos de la triangulación de técnicas como el análisis bibliográfico, el análisis documental y las entrevistas semiestructuradas, apuntan a la experiencia de estos profesionales en entornos precarios que desencadenan enfermedades y debilidades de todo tipo, distanciándolos de la perspectiva de la contratación de vínculos permanentes y estables, compatibles con las necesidades y funciones reales de dichas instituciones sociales.

Palabras clave:

Educación
Superior.
Condiciones de
Trabajo Docente.
Enfermedad.

Introdução

O objetivo desse texto é analisar os processos de precarização do trabalho, reproduzidos na contemporaneidade, por docentes substitutos de uma universidade pública, estadual, multicampi, multirregional, presente nos vinte e quatro territórios de identidade do estado da Bahia¹. Nesse contexto, busca-se evidenciar um duplo movimento que se caracteriza por um lado, a partir da constatação das novas formas organização do trabalho nas universidades públicas no Brasil, resultantes das políticas de financiamento, marcadas nos últimos anos por restrições orçamentárias e contingenciamentos, comprometendo a autonomia universitária, ameaçando, com isso, a própria função da universidade e, por outro lado, compreendendo a partir das narrativas, os reflexos de tais mudanças no plano das subjetividades e identidades dos trabalhadores docentes substitutos que ali atuam.

Considerando o contexto brasileiro na atualidade, as universidades públicas vêm sendo convocadas a reorientarem suas ações, garantindo sua natureza pública e gratuita de indiscutível responsabilidade estatal, para além de governos, sem perder a afirmação política de instância estratégica para o país na produção e difusão do conhecimento crítico, inovação e tecnologias voltados ao desenvolvimento socioeconômico regional, ambiental e cultural. Uma instância republicana necessária para a ação transformadora da sociedade, que viabiliza a materialização da justiça e a integração cidadã.

Quando a universidade perde seu sentido, sua razão de ser, corre-se o risco de servir aos propósitos de reprodução de dominação e poder e de afirmação de desigualdades, perpetradas por estruturas históricas contrárias à transformação social. Tal risco, ameaça gravemente a sua engrenagem e autonomia, envolvendo-a em uma uniformidade que renuncia à riqueza de sua própria diversidade. A perda de autonomia de uma instituição, como a universidade pública, descaracteriza a multidiversidade que lhe é inerente, assim como os espaços institucionais da reflexão, da interrogação, da curiosidade, da invenção e da descoberta (SANTOS, 2005).

A crise que atravessa as universidades públicas brasileiras, no cenário contemporâneo, assume dimensões estruturais jamais vistas, caracterizadas pelo agravamento da falta de recursos, falta de autonomia, excesso de burocracia e uma alta flexibilidade nas formas de contratação, provocando uma fragilização das relações de trabalho.

Druck (2011) ao analisar o contexto contemporâneo, de mundialização e hegemonia do capital financeiro, o "novo espírito do capitalismo", ancorado por um projeto político de cunho neoliberal e pela

¹ A partir do ano de 2012, o governo do estado da Bahia passou a reconhecer a existência de vinte e sete (27) Territórios de Identidade no estado, constituídos a partir de múltiplos aspectos. Para tanto, definiu-se como território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (BAHIA, 2014, p.3).

reestruturação produtiva, chama a atenção para os fenômenos da flexibilização, desregulamentação e precarização social. Ela define a precarização social do trabalho como um novo e velho fenômeno, diferente e igual, passado e presente, de caráter macro e microsocial. Logo, na visão da autora, a consolidação da flexiprecarização revela o seu caráter multidimensional, compreendendo as dimensões econômica, política, social, cultural, que se realizam nos planos macro, microsocial e do indivíduo (intra e intersíquico). Ainda para Druck (2011, p. 42-43):

Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado. Trata-se de uma rapidez inédita do *tempo social*, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que se dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo – como elemento central dos investimentos financeiros – impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças. É o tempo de novos (des) empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato. (DRUCK, 2011, p. 42-43).

Righetti (2017) ao contextualizar esse cenário no âmbito das universidades estaduais e federais brasileiras, destaca o agravamento, a cada ano, da situação de crise financeira de tais instituições, que não conseguem suprir, sequer, as suas despesas básicas. A autora tomou como exemplo a situação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que no final de 2016 deixou de pagar o 13º salário de funcionários e docentes e, no início de 2017, passou por uma tentativa, por parte do governo estadual, de corte de 30% nos vencimentos, proposta rejeitada em decisão judicial. A UERJ, no entanto, não é a única no vermelho: outras também estão sem recursos para pagar suas contas e fecham meses consecutivos no negativo.

Nesta mesma direção, Mancebo (2017, p. 885) descreve que:

Para analisar a acomodação das IES públicas (federais e estaduais) à atual conjuntura e aos cortes, é preciso mencionar as diversas estratégias de desregulamentação e ataque aos direitos trabalhistas que vêm ocorrendo. Diversos governos, além do federal, têm adotado, de forma mais recorrente, “alternativas” para reduzir o custo da força de trabalho, por meio da implementação de variadas estratégias de precarização, com vistas à transformação das relações de trabalho e redução da folha de pagamento. Uma situação que vem se generalizando e que está requerendo investigações mais aprofundadas refere-se à terceirização da força de trabalho auxiliar - mas que poderá ser estendida para os trabalhadores das atividades-fins -, incluindo contratos que negam aos funcionários, inclusive, direitos trabalhistas básicos e proteção. (MANCEBO, 2017, p. 885).

Essa tendência se agrava após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), em 15 de dezembro de 2016, no governo do ex-presidente Michel Temer, que congelou por vinte anos as

despesas públicas da união destinadas à educação, saúde e segurança.² No caso do ensino superior, os impactos dessa reestruturação econômica geraram consequências inestimáveis. Percebeu-se que o estado brasileiro reduziu o seu compromisso político com as universidades (com a educação de modo geral), convertendo-as em um bem que, sendo público, não tem que ser exclusivamente assegurado pelo estado. Logo, em decorrência, sobretudo do avanço da mundialização do capital financeiro e da globalização neoliberal, houve uma perda da prioridade do bem público universitário nas políticas públicas, traduzida na consequente secagem financeira e descapitalização dessa esfera, caracterizando o desinvestimento do estado e a globalização mercantil da universidade, como duas faces da mesma moeda (SANTOS, 2005).

Há quem defenda, como Trindade (1999), que a universidade contemporânea se encontra em ruínas, por apresentar sinais de deterioração no contexto de acumulação flexível (HARVEY, 2012). Na esfera individual, tais desdobramentos acarretam angústias, frustrações, inseguranças, levando os trabalhadores desse segmento a se submeterem a vínculos frágeis no âmbito de uma ordem institucional instável, gerando por consequência, a alienação, a despolitização, a perda de referências profissionais, podendo chegar ao adoecimento e ao embrutecimento do trabalhador (ALVES, 2013).

Nessa mesma direção, Standing (2014) enfatiza em seus estudos, que as mutações mais estruturais no mundo do trabalho fizeram surgir uma nova classe social: o precariado, que tem características bem definidas: um trabalho de natureza frágil, sazonal, instável, informal, parcial, sendo explorado dentro e fora do local de trabalho. Além desses aspectos, o precariado vive na incerteza do futuro, sem controle algum sobre o processo de trabalho.

Diante desse contexto, pode-se discorrer que as mudanças no mundo do trabalho no Brasil, nos últimos anos, resultado do padrão de acumulação, mundialização e flexibilização do capital associada ao aprofundamento das políticas neoliberais no país, vêm confirmando uma tendência de retração dos vínculos estáveis de trabalho, por meio de empregos formais e ampliação do desemprego estrutural, da informalidade e das subcontratações, com vínculos frágeis e temporários.

Trazendo tais reflexões para o contexto da pesquisa, constatou-se a partir de uma projeção do estado da Bahia, de acordo com a nota técnica nº50/2016 (BRASIL, 2016) e Lei 8352 (BAHIA, 2002), que dos 171.231 professores da rede pública de ensino superior, até 34.246 (20%) poderiam ser contratados com vínculo de substituto. Essa contratação, que inicialmente estava prevista na legislação como recurso para viabilizar a qualificação dos docentes afastados temporariamente para programas de pós-graduação *strictu sensu*, com ganhos para a qualidade do ensino, acabou sendo subvertida gradativamente, em função da ausência de concursos públicos e, em decorrência das restrições orçamentárias e financeiras impostas pelo

² A Emenda Constitucional n. 95 que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias foi promulgada no governo do ex-presidente Michel Temer em 15 de dezembro de 2016, pós-golpe que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff, instituindo um novo regime fiscal para os gastos governamentais brasileiros, ficando conhecida como Emenda do Teto dos Gastos, congelando os gastos das despesas públicas primárias como educação, saúde e segurança por um período de 20 anos.

estado. Esses professores, com contratos temporários, começaram a se tornar mais presentes nas universidades, configurando o que se pode denominar de subcontratação permanente do trabalho docente. Como efeito, o que se verifica é uma condição de precariedade caracterizada inicialmente, pela falta de estabilidade e segurança no emprego, associada ao desvio do que seria a prerrogativa da função do professor substituto e, ainda, agravada pela representação coletiva de que esses trabalhadores, compõem um quadro de cidadão de segunda categoria dentro das instituições, reprodutores das condições subalternas e de exploração do trabalho, via polivalência funcional, ampliação de jornadas, horários flexíveis, vulnerabilidades e desfiliação social.

Como consequência disso, o trabalho como docente substituto, em tais contextos, pode ser caracterizado, de maneira geral, como patologizante, levando a níveis distintos de fragilidades, sofrimentos e adoecimentos (DEJOURS, 2015).

Nessa perspectiva Druck (2007, p. 21) caracteriza a precarização do trabalho como:

Um processo social constituído por uma amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho – onde a terceirização/subcontratação ocupa um lugar central – e o recuo do papel do estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social, através das inovações da legislação do trabalho e previdência. (DRUCK, 2007, p. 21).

Alves (2013), por sua vez, aponta em seus estudos o novo caráter da precarização do trabalho, que surge com a “nova precariedade” vigente no capitalismo global, mas, que não se restringe apenas à compreensão da mudança da base técnica e dos métodos de gestão que mercadorizam a força de trabalho, mas também, a precarização do trabalho na dimensão do homem-que-trabalha, ou seja, seus reflexos sobre a experiência humana das individualidades pessoais, num determinado contexto histórico do capitalismo manipulatório. O processo de precarização do trabalho atinge a objetividade e a subjetividade da classe trabalhadora.

Dessa forma, segundo o autor, a precarização desse homem-que-trabalha, ocorre na ordem de sua subjetivação, tendo em conta os limites de cada um, como se organizam em seu ambiente de trabalho, como cada um vai se sentir impactado diante das demandas institucionais, podendo levar a um processo de adoecimento físico e psicológico que ele caracteriza como a captura das subjetividades (ALVES, 2011). Para os sujeitos da pesquisa em questão, observou-se essa tendência, sobretudo, por esse docente substituto “doar tudo de si”, na expectativa futura de alteração da sua condição de professor substituto para a condição de professor efetivo.

É no contexto de implementação do modelo de gestão gerencialista por parte do estado³, que se intensifica a exploração do trabalho dos docentes, potencializando a insegurança quanto à manutenção dos postos de trabalho temporários, instaurando, no plano individual, um clima de estresse e desgastes emocionais, levando a reflexos orgânicos que repercutem na qualidade e na produtividade do seu trabalho.

Em função da intensificação da precarização do trabalho, provocada pelo ambiente contextualizado, a pesquisa centrou-se em responder a seguinte questão problema: Considerando a configuração multicampi e multirregional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), quais as condições e relações trabalho que contribuem para a intensificação da precarização e para o adoecimento dos docentes substitutos?

Itinerâncias da Pesquisa

Para responder à questão central a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com viés exploratório-descritivo, adotando como estratégia de produção dos dados, o estudo de caso, a partir da triangulação de fontes bibliográficas, documentais e entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa foram vinte e sete (27) docentes substitutos vinculados a esta instituição, por meio de contratos temporários. Foram convidados via e-mail, todos os docentes substitutos que residem em Salvador e deslocam-se semanalmente para seus locais de trabalho e do universo total, apenas vinte e sete (27) se dispuseram a participar da investigação, no período de 2016 a 2018.

A Universidade Pública *locus* de análise é a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), maior instituição de ensino superior do estado, fundada em 1983 e mantida pelo governo estadual, por intermédio da Secretaria de Educação (SEC). Está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampia, conforme trechos do estatuto em vigor:

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), criada pela Lei Delegada n.º 66, de 1º de junho de 1983, reconhecida pela Portaria Ministerial n.º 909, de 31 de julho de 1995, e reestruturada pela Lei Estadual n.º 7176, de 10 de setembro de 1997, é uma Instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, organizada sob o modelo multicampi e multirregional, estruturada com base no sistema binário e administrada de forma descentralizada, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com sede e foro na Cidade do Salvador e jurisdição em todo o Território baiano. (BAHIA, 2002, Art. 1º).

Segundo Vieira (2015 p.86) “dos anos 1970 até os dias atuais (2005), houve um crescimento do número de universidades estaduais (De 9 para 30)”. A Bahia, especificamente, concentra quatro instituições dessa natureza: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de

³ De acordo com Hypólito (2008, p. 77), após os anos de 1990 no Brasil, com as reformas de cunho neoliberal, o modelo gerencialista tornou-se hegemônico nas políticas educacionais, “[...] com seus índices de eficiência e produtividade, provas de avaliação em todos os níveis, rankings de escolas, e tantos outros indicadores que passaram a orientar o financiamento das políticas de educação ou, melhor, das políticas gerenciais de educação”. Nessa dinâmica, o Estado descentraliza as responsabilidades e assume o gerenciamento e o controle estratégico dos princípios e resultados tais políticas.

Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sul da Bahia (UESB) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), sendo a UNEB a maior instituição pública de ensino superior no estado.

Fundada em 1983 e mantida pelo governo do estado por intermédio da Secretaria da Educação (SEC), está presente geograficamente em todas as regiões do estado, estruturada no sistema multicampi. A UNEB possui 29 departamentos instalados em 24 campi: um sediado na capital, onde se localiza a administração central da instituição, e os demais distribuídos em 23 importantes municípios baianos de porte médio e grande. (BAHIA, 2017).

Além disso, a UNEB envolve 150 cursos de graduação contemplando todas as áreas de conhecimento, além de programas de pós-graduação *latu-senso* e *stritu-senso*, com convênios com instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais. Vale ressaltar, ainda, que a instituição oferta programas de ensino a distância (EAD), sendo a Instituição de Ensino Superior (IES) com maior número de cursos dessa modalidade no Brasil.

Esse modelo de multicampia, ao mesmo tempo em que representa uma potencialidade, por levar uma formação superior pelo meio da interiorização, revela uma fragilidade da perspectiva da organização da gestão, visto que tamanha capilaridade resulta em certo nível de precariedade. Essa condição se manifesta em função de uma gama de fatores, como: ausência de sedes próprias, com o uso de espaços cedidos pelo estado e municípios ou alugados; número de salas limitadas para os cursos oferecidos pelos departamentos; dificuldade em executar construções, na aquisição de equipamentos compatíveis com as necessidades dos cursos; equipamentos obsoletos; instalações elétricas precárias; falta de investimento em laboratórios e bibliotecas; carência de pessoal (seja em número, seja em qualificação); além de uma das suas principais dificuldades, que se refere à ausência de uma política institucional para a fixação de docentes nos campi do interior.

Nesse contexto, os professores substitutos, sujeitos da pesquisa, acabam sendo utilizados para suprirem a carência de docentes efetivos para os cursos de graduação, sobretudo nos campi mais distantes da sede e da administração central.

Para efeito da pesquisa, pretendeu-se revelar os modos de subjetivação e processos de experiências, a partir da percepção e vivência dos docentes substitutos na precarização do trabalho, tendo em vista sua categoria de pertença, relacionando-os às situações de adoecimento em decorrência da atividade que exercem. A pesquisa incorporou dimensões discutidas por Druck (2011), Alves (2013), Dejours (2015) e Standing (2014). Os autores articulam as dimensões práticas – relativas ao modo como as relações concretas se desenvolvem – as dimensões teóricas – que refletem os conceitos e os discursos de uma situação historicamente determinada. Além do conceito referente à precarização do trabalho, trata-se da conjugação deste às dimensões do adoecimento, resultantes das condições históricas e dialéticas do processo de acumulação do capital.

Os dados secundários foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico, através de pesquisa realizada na base de dados do Scielo, no período de 2016 a 2017, com o uso de todos os índices, utilizando os indicadores booleanos “docente universitário” e “professor de universidade”. Foram obtidos apenas nove artigos, o que evidencia uma lacuna em termos do estudo da categoria no Brasil. Essa lacuna se torna maior em se tratando do indicador booleano “docentes substitutos”. Apesar da regulamentação que ampara esses profissionais existir desde 1990, sob forma da lei nº8.112/90, nenhum trabalho abordando essa categoria funcional foi identificado. Isso deixa evidente a necessidade de se conhecer melhor os processos e as complexidades dos trabalhos docentes com contratos temporários nas universidades públicas, como proposto por essa pesquisa.

Associada ao estudo bibliográfico, também foi realizada a análise de documentos como leis, portarias, resoluções, estatuto, regimento e relatórios, visando aprofundar a compreensão do universo e dos sujeitos da investigação.

No que tange à produção dos dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte e sete docentes substitutos, pertencentes a cinco campi, localizados em distintas regiões do estado. Os campi estão localizados nas cidades de Santo Antônio de Jesus/BA, Bom Jesus da Lapa/BA, Itaberaba/BA, Brumado/BA e Guanambi/BA. Tal distribuição possibilitou identificar as especificidades relativas aos contextos e realidades distintas, multirregionais, nas quais os departamentos encontram-se inseridos.

Para a análise dos dados produzidos foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, buscando através da interpretação, considerar os principais fragmentos, reunidos por unidades de sentidos e temáticas, de forma a revelar o cenário situacional que delineia a realidade investigada. A representação gráfica dos resultados foi desenvolvida com base na ferramenta *Wordclouds*⁴, visando melhor ilustrar os achados.

Destaca-se que o estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)⁵ da instituição *locus* da investigação e seguiu todas as determinações da Resolução Nº 196/96, que trata da pesquisa com seres humanos, preservando o anonimato dos informantes.

Evidências Encontradas no Percorso Investigativo

O quadro docente da UNEB, conta com um total de 2.296 professores (BAHIA, 2018). Desse universo, aproximadamente 14,3% possuem o vínculo de substitutos. Esse quantitativo é inferior ao limite permitido legalmente, mas vale destacar, que a própria abertura de seleção pública para contratação de substitutos depende de autorização do governo do estado. Dessa forma, ressalta-se que estar abaixo do limite legal não significa, necessariamente, um investimento do poder público na realização de concursos para a expansão de quadros de efetivos. É importante, ainda, chamar a atenção que estar abaixo do limite

⁴*Wordclouds* se constitui em uma ferramenta gratuita para geração de nuvens de palavras com base em conteúdos específicos.

⁵ Parecer n. 2.894.432 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNEB.

normativo, não caracteriza que este universo represente um quantitativo pouco expressivo. O que se verificou, de fato, foi quase 15% de docentes em exercício na instituição, com contratos temporários de trabalho, com flexibilização de direitos trabalhistas.

Do ponto de vista da organização política e tomando como referência os relatórios da Associação dos Docentes da UNEB (ADUNEB), observou-se que, no ano de 2018, apenas quinze (4,6%) dos 329 docentes substitutos existentes, estavam filiados a esta instância de representação dos direitos coletivos. Destaca-se que, o formulário de filiação sindical não estabelece distinção entre a categoria de concursado e a de substituto. Ainda assim, um total de apenas trinta e um (31) substitutos procuraram o sindicato no período de 2016 a 2017 em busca de algum tipo de apoio. Na prática, não existe nenhum registro de como esses profissionais se organizam enquanto categoria específica da docência universitária, evidenciando uma tendência de desfiliação coletiva e de fragilidade em torno da reivindicação dos direitos e condições de trabalho.

A baixa densidade da organização política em torno da categoria profissional pode ser entendida como um indicador de precarização social, visto que a fragilização dos laços profissionais suscita a destruição dos modos de resistências e identidades coletivas, gerando, com isso, a obediência, submissão, passividade, além do servilismo e maior capacidade de aceitação da exploração (BOURDIEU, 1998).

A base legal que regulamenta essa atividade é constituída a partir da Lei nº 6677/1994 (Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia) que trata da contratação temporária de excepcional interesse público, especialmente nos artigos abaixo:

Para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderá haver contratação de pessoal, por tempo determinado e sob regime de direito administrativo. (BAHIA, 1994, Art. 252). Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a: I - Combater surtos epidêmicos; II - Realizar recenseamentos e pesquisas, inadiáveis e imprescindíveis; III - atender a situações de calamidade pública; IV - Substituir professor ou admitir professor visitante, inclusive estrangeiro; V - atender a serviços cuja natureza ou transitoriedade justifiquem a predeterminação do prazo. (BAHIA, 1994, Art. 253);

No caso das universidades, além da lei acima, também se ancoram juridicamente na Lei nº 8.352/2002 (Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia), onde aparece a denominação de professor substituto, para tipificar aqueles docentes contratados em regime excepcional. O art. nº 47 da referida lei, dispõe acerca das razões de contratação desse profissional, suas atribuições, os percentuais autorizados para cada instituição, bem como a modalidade de contratação dessa categoria, conforme demonstram os trechos a seguir:

Poderá haver contratação de Professor Substituto, nos termos da legislação em vigor, exclusivamente para suprir a falta de docente decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamentos ou licenças de concessão obrigatória e licença para capacitação prevista nos incisos I e II do art. 33 desta Lei: § 1º - A contratação de que trata este artigo far-se-á, até o limite de 20% (vinte por cento) do pessoal docente em exercício, destinando-se **exclusivamente a atender necessidade inadiável de ensino** e somente poderá ocorrer quando for reconhecidamente

impossível a redistribuição dos encargos de ensino entre os professores do Departamento; § 2º - Quando a contratação decorrer do afastamento definitivo do docente da carreira, a proposta do Departamento deverá vir, obrigatoriamente, acompanhada de solicitação de abertura de concurso público; § 3º - A contratação do Professor Substituto far-se-á mediante processo de seleção pública, respeitadas as exigências acadêmicas do acesso ao ensino superior, através de prova de título, aula pública e entrevista, sendo a banca examinadora integrada por 03 (três) professores da carreira do magistério superior, indicados pela plenária departamental; § 4º - O salário do Professor Substituto corresponderá ao de Professor Auxiliar, Nível A, observando-se o regime de trabalho de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais. (BAHIA, 2002, Art. 47).

Como forma de fundamentar a problemática em questão, ainda tratando da base normativa, destaca-se que o Art. 50 da lei supracitada, predispõe, no que tange à ausência de um plano de carreira para essa categoria, que os professores contratados sob o Regime de Direito Administrativo (REDA), em nenhuma hipótese, farão jus ao enquadramento no Nível B, a progressão ou a promoção, sendo esses processos restritos aos professores do quadro permanente (BAHIA, 2002, Art. 50).

No âmbito da UNEB, a base normativa se fundamenta, para além das referidas leis, na resolução do Conselho Superior Universitário (CONSU) n.º 969/2013, que estabelece critérios e procedimentos para a seleção e contratação de professor substituto no âmbito da UNEB. No que se refere a essa resolução, destaca-se o texto do parágrafo primeiro do seu Art.1º, que delimita o tempo de contratação desse profissional:

Poderá haver contratação de Professor Substituto, nos termos da legislação em vigor, exclusivamente para suprir a falta de docente decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento ou licenças de concessão obrigatória e licença para capacitação prevista nos incisos I ou II do art. 33 da Lei 8352/2002 (Estatuto do Magistério Superior), **pelo prazo de 02 (dois) anos, renovável por mais 02 (dois) anos, no máximo**, por fundamenta da solicitação do Conselho de Departamento.” (BAHIA, 2013, Art. 1º).

A análise da dimensão jurídica que institucionaliza essa modalidade de contratação, permitiu caracterizar as condições de trabalho de tais profissionais, denominados de professores substitutos, observando que eles não desfrutam os mesmos direitos e vantagens que os docentes permanentes, submetidos ao regime estatutário, não gozam de estabilidade profissional, não possuem um plano de carreira e nem os demais benefícios historicamente associados ao magistério público, o que caracteriza a flexibilização dos direitos, forte indicador da precarização do trabalho vivenciada pelo segmento. Dessa forma, constata-se que essa categoria não usufrui da perspectiva de mobilidade ascendente ou progressão, gerando um fator de desmotivação e falta de reconhecimento.

A partir da análise das vinte sete entrevistas realizadas com docentes substitutos, conjugadas com os dados documentais apresentados e, ainda, considerando os pressupostos das dimensões da precarização defendidas por Druck (2007; 2011), associados aos aspectos levantados por Alves (2013), Standing (2014) e Dejourns (2015), foi construída uma matriz de referência para melhor interpretação da realidade.

O processo de intensificação presente nos discursos dá conta da dimensão da precarização em dois sentidos. De um lado, verificou-se a sobrecarga de horas de trabalho, com múltiplas demandas nos diversos processos acadêmicos, caracterizando a polivalência deste trabalhador. “O tempo não é fixo [...] Pode chegar a 20 horas [...] Se for pensar no planejamento, viagem, trabalhos realizados em casa, extensão, pois eu desenvolvo apesar de ser substituto”. (ENTREVISTADO 2).

Por outro lado, esse processo se torna ainda mais intenso nos casos de distanciamento da sede, considerando que os docentes não residem na cidade do campus onde trabalham. Nesses casos, além do empenho necessário ao planejamento e do desgaste em atividades extra sala de aula, têm-se ainda a necessidade de acrescentar a esses, o tempo destinado ao processo de deslocamento, típico das itinerâncias, conforme indica o depoimento e a nuvem de palavras a seguir:

[...] sem contar a preparação da aula, sempre temos que preparar alguma outra coisa, todo semestre a gente prepara, eu passo 48 (quarenta e oito) horas fora de casa, é o tempo que fico para este trabalho, sempre 48, já aconteceu de ficar até três dias fora, por quê dou aula de noite, tenho que viajar de volta pela manhã. (ENTREVISTADO 1).

A intensificação do trabalho se aprofunda ainda mais pela necessidade de vínculo desses profissionais com múltiplas instituições concomitantemente. Esses múltiplos vínculos acabam ocorrendo tanto como forma de garantir uma maior remuneração, como também pelo medo de ficar desempregado, já que a relação com a universidade é frágil e transitória. O efeito prático, em qualquer das condições é a sobrecarga e o esgotamento físico e psíquico, resultado do ritmo intenso, com conseqüente patologização, comprometendo a qualidade de vida desses trabalhadores, conforme descreve a fala a seguir:

[...] eu trabalho numa escola particular, com pré-vestibular e terceiro ano, sou professor da EAD e sou colaborador aqui no Campus I, o motivo é salarial, porque como o salário não é alto, você precisa de outros trabalhos, já não tenho tempo para manter a bendita qualidade de vida. (ENTREVISTADO 3).

A dimensão da intensificação do trabalho vivenciada pelos trabalhadores, gerada pela sobrecarga de jornadas e pela polivalência das funções, muitas vezes se sustenta na competitividade, na gestão pelo medo, pelo assédio e abuso de poder. O sentimento de incerteza e insegurança, quanto ao seu futuro, faz com que muitos docentes nessa condição se acomodem na perspectiva do fatalismo e da resignação.

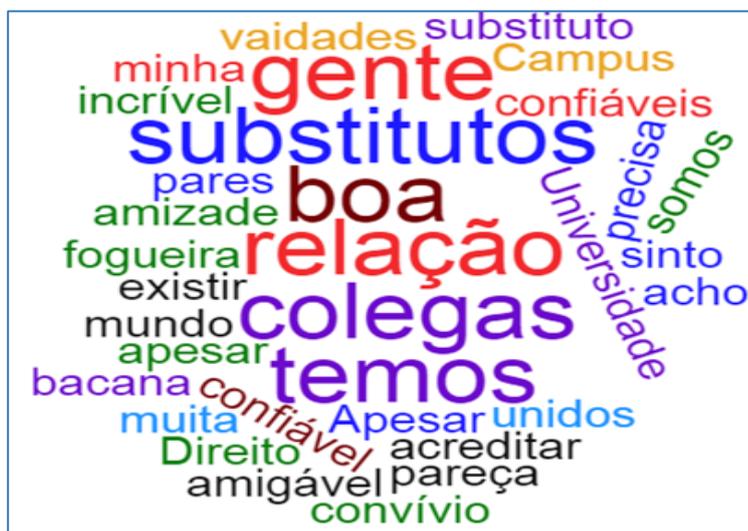
(In) Segurança no Trabalho

No aspecto relacionado à insegurança, observou-se o sentimento do trabalhador frente ao vínculo que possui com a instituição, além de aspectos relacionados ao reconhecimento social desse sujeito no conjunto da sua categoria.

Organização dos Trabalhadores

No que se refere à dimensão da organização política desses docentes, conforme constatado anteriormente a partir da análise documental, observou-se um baixo número de filiações e atuações sindicais, o que foi reiterado com as entrevistas.

Figura 3 – Nuvem de palavras das respostas da categoria “Organização dos trabalhadores”



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2018.

Apesar desses profissionais apontarem o ambiente de cordialidade e a boa relação que mantêm com os demais colegas efetivos, conforme descreve a figura 3, há um sentimento latente de não pertencer a mesma categoria e de recair sobre eles as atividades e funções de menor prestígio e reconhecimento social.

Identidade Pessoal

Em se tratando dessa dimensão, a ambivalência é marcada pela sensação de satisfação com o trabalho que desempenha, sobretudo, de forma comparativa para aqueles que também atuam no ensino privado (contexto marcado pela intensificação do trabalho e por processos de adoecimentos), conjugada com o sentimento de vulnerabilidade. Nesse sentido, o próprio discurso do sujeito coletivo enfatiza o desejo de pertença e maior entrega, mas indica uma fragilidade identitária, frente às incertezas que o vínculo de substituto implica.

É um ambiente que eu gostaria de estar de forma definitiva, o próprio clima é muito diferente do ensino privado pelo menos, infelizmente não somos renumerados de forma adequada para podermos nos dedicar com mais compromisso. (ENTREVISTADO 3). Sendo repetitivo, a itinerância⁶, o salário, a casa dos professores, falta dos direitos trabalhistas, FGTS, até quando acaba os contratos,

⁶ A itinerância, neste caso, refere-se ao deslocamento semanal de docentes que residem cidades distintas do seu local de trabalho. Considerando a configuração multicampi e multirregional da UNEB, alguns profissionais residem na capital, no caso Salvador-Ba e desenvolvem suas atividades em municípios com distâncias variadas, chegando até 859 km de distância do seu local de moradia.

como agora, ter que passar de novo por nova seleção para continuar como REDA, essa sensação de insegurança, um verdadeiro estresse. (ENTREVISTADO 4).

Entrevistado 2: “Eu me cobro bastante, o principal. E não sou valorizada pelo meu comprometimento.”

Recentemente eu passei uma pressão enorme, fiquei muito tenso, por que tive que novamente fazer uma nova seleção, então, já era uma outra banca, então eu acho que esta insegurança, essa inconstância, por que eu sei que daqui há quatro anos se não tiver um concurso, eu tenho que fazer novamente e em relação a renumeração em si, eu não tenho direito a FGTS, eu não tenho direitos, tem vários direitos trabalhista que essa função ela me proíbe de acessar.” (ENTREVISTADO 1).

Dessa forma, considerando a fragilidade de direitos e de condições de reprodução social, nota-se que o trabalho do docente substituto reflete a perda da razão social do trabalho e a precarização do homem que trabalha, no sentido de desconstituição do ser genérico do homem, aprofundando, com isso, sua autoalienação. Logo, a precarização do trabalho e a precarização do homem que trabalha implicam na abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de auto referência pessoal (ALVES, 2013).

Identidade Coletiva

Do ponto de vista da construção do processo identitário, gerado a partir das reciprocidades, produzidas na sociabilidade do trabalho, considerando as duas naturezas de vínculo do docente universitário, há um elemento que chama a atenção nas narrativas que tratam da dimensão simbólica dos processos de distinção profissional, o que confere ao docente substituto um sentimento de inferioridade em relação ao docente efetivo, como se o primeiro fosse integrante de uma classe desvalorizada socialmente, o que contribui para certo afrouxamento dos vínculos e para o comprometimento da solidariedade. Ainda que se trate de um cenário de suposta convivialidade, essa dinâmica complexa existente entre alteridade e estranhamento, produzida nas interações com seus colegas de profissão se traduz a partir das falas a seguir:

Entrevistado 3: “Não me sinto pertencendo ao corpo docente em sua totalidade, vejo que somos nós e eles, me vejo como terceirizado e tampando um buraco, na expectativa de torna-me efetivo.”

Entrevistado 3: “Sempre tento me relacionar bem, mais sinto que sou tratado como algo que vai ser descartado logo.”

Entrevistado 4: “Nós percebemos que os professores efetivos, ele tem melhores disciplinas, melhores horários que os professores substitutos. Então eu acho isso muito deselegante, pois no final todo mundo é professor.”

A sensação de descartabilidade, falta de enraizamento institucional, desvalorização profissional, marginalização e certo nível de isolamento, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de

Como se pode observar, parte do desgaste vivenciado por esses docentes surge em decorrência dessa itinerância provocada pela multicampia. Além do processo de exaustão por conta das exigências da função docente, surgem os desgastes da viagem, que não são poucos. A existência de relatos de violências sofridas por docentes nesses trajetos passa a responder, inclusive, por uma dimensão adicional de sofrimento psicológico.

Percebo dores na coluna, pernas inchadas e até uso rivotril, alguns colegas chegam a beber e consumir drogas para tentar compensar. Alguns colegas chegam a relatar que tomam ansiolíticos, porém não tenho mais dados efetivos para falar dessas questões. (ENTREVISTADO 11).

O uso de substâncias para lidar com o sofrimento, lícitas e ilícitas, prescritas e não prescritas, traduz a tentativa de lidar, via entorpecimento, com uma realidade onde o sujeito se sente incapaz de suportar. Outra modalidade de alienação emerge como tentativa de sobrevivência a essa condição, como informam a figura nº 7, assim como os depoimentos a seguir:

Entrevistado 22: “Eu recorro ao alimento pela ansiedade [...] e uso rivotril, ando muito nervosa.”

Entrevistado 17: “Vivo cansado, tomo remédios para dores musculares e até calmante para dormir na viagem.”

Entrevistado 2: “Ultimamente tenho me sentido muito cansada, muito desgastada emocionalmente, muito mesmo, até repensando se realmente vale a pena, tenho me medicado e tudo.”

Entrevistado 13: “ Vivemos em ambientes de alta cobrança e estresse. Até recorri ao uso de maconha para relaxar[...]”

Presencia-se, nesse contexto, a “psicopatologia da precarização”, produto das múltiplas dimensões da violência vivida por conta do trabalho desempenhado, gerada pela imposição da busca de excelência como ideologia da perfeição humana, que pressiona os trabalhadores, ignorando seus limites e dificuldades, junto a uma radical defesa e implementação da flexibilidade como “norma” do presente.

Para Dejours (2015) o fator central do sofrimento refere-se à falta de esperança em relação ao reconhecimento social, constituindo-se em uma dimensão estruturante para a saúde mental relacionada com o trabalho, considerando seus impactos para o equilíbrio emocional e afetivo dos trabalhadores. A falta de reconhecimento no trabalho é suscetível de gerar um círculo vicioso de sofrimento, desestabilizador da identidade e tudo isto pode conduzir à doença mental. O reconhecimento do trabalho, interfere diretamente na construção da identidade. E isso se traduz afetivamente por um sentimento de alívio, de prazer, às vezes de leveza d’alma ou até de elevação. O trabalho se inscreve então na dinâmica da realização do ego. A identidade constitui a armadura da saúde mental (DEJOURS, 2015, p.34).

Autonomia

A última dimensão analisada, mas não menos importante, observou o nível de autonomia no trabalho dos docentes pesquisados, considerando, desde o planejamento de aulas até o processo de condução das rotinas pedagógicas (condução de aulas e processos e mecanismos avaliativos).

É o que mais gratifica nesse trabalho e compensa todos os sacrifícios que submetido com viagem, acomodação [...] apesar de alguns preconceitos e se sentir subestimada por ser professora substituta, mulher e negra, apesar de titulação de doutora. (ENTREVISTADO 5).

Entrevistado 23: “Nisso a UNEB é perfeita, nos deixa ser criativos e podemos desenvolver um verdadeiro laboratório metodológico.”

Entrevistado 18: “Eu tenho autonomia para escolher a corrente metodológica que vou trabalhar, respeitando a ementa do curso.”

Foi descrito por esses sujeitos o sentimento de liberdade no processo de condução das atividades de sala de aula, na concepção do modelo didático-pedagógico e interpretação da ementa (inclusive na atualização e contextualização de componentes da mesma).

Apesar de tais docentes substitutos registrarem a autonomia pedagógica, como condição, ou seja, como capacidade de autodireção e plena responsabilidade sobre a sua ação, questiona-se o limite de tal autonomia, uma vez que os mesmos não demonstraram a perspectiva da autonomia como aspiração (EHRENBERG, 2010), relacionada à capacidade de organização política, para reivindicar a emancipação da condição de trabalhador precarizado e vulnerável, em direção a melhores condições simbólicas e materiais de reprodução de um tipo próprio de trabalho que deveria ser provisório mas, que tem se tornado cada vez mais permanente.

Considerações Finais

As principais transformações econômicas que atravessam o cenário brasileiro na contemporaneidade são reflexos do movimento mais amplo de acumulação flexível do capital mundializado, apoiado em uma lógica política de viés neoliberal que vem impondo às instituições sociais medidas de reestruturação dos processos de organização do trabalho. Dessa forma, a precarização do trabalho passa a se tornar o elemento central dessa dinâmica, alterando as condições de estabilidade e integração social sólida para condições de rupturas, desfiliações, inseguranças e instabilidade dos vínculos (DRUCK, 2011; CASTEL, 1998).

Analisando as consequências de tais transformações, Vasapollo (2006) destaca que a nova organização do trabalho se caracteriza pela precariedade, flexibilização e pela desregulamentação, acarretando o “mal-estar do trabalho”, caracterizado pelo processo que torna precário todo o viver social, onde os trabalhadores reproduzem o medo de perder o próprio posto, de não poder mais ter uma vida social

digna e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, a partir de uma superexposição à intensificação da carga laboral. Deriva dessa tendência, a dificuldade do trabalhador precarizado em considerar-se como sujeito coletivo, capaz de exigir o direito e a dignidade.

No Brasil, esse movimento mais amplo vem atingindo fortemente o setor público, especialmente as universidades, comprometendo a dinâmica e função social de tais instituições, que hoje são obrigadas a estruturarem estratégias de manutenção e reprodução cotidiana, gravemente ameaçadas pelas políticas econômicas de restrições financeiras para esses setores. No âmbito das relações de trabalho, observa-se como uma das estratégias, a adoção de modelos flexíveis de contratação, com prejuízos para a subjetividade do trabalhador que se submete de forma resignada a essa nova dinâmica.

Essa pesquisa buscou descrever a configuração de uma universidade pública estadual, observando os impactos dessa lógica estrutural e dos modelos de contratação provisórios /permanentes no plano da subjetividade do trabalhador: o docente substituto, destacando como consequência, processos de adoecimentos, desfiliações e vulnerabilidades.

Nessa direção, percebeu-se, nesse universo pesquisado, que por conta da fragilidade do vínculo, há uma forte tendência à naturalização da vivência na precarização do trabalho docente. Reproduz-se nesses ambientes além de uma fragilidade na organização coletiva de demandas, um movimento de individualização alicerçado em um certo conformismo, um medo velado, nutrido pela ameaça permanente de desvinculação, antes mesmo do término do contrato ou da não renovação do mesmo.

Com isso, no caso investigado, verificou-se que os docentes substitutos vivenciam a intensificação do trabalho em distintas frentes. Apesar de serem contratados para ministrarem aulas, assumem, nos departamentos em que estão lotados, várias funções, as quais outros docentes com vínculos estáveis não querem se submeter. Tais atribuições não são constantes dos editais de seleção original em que foram aprovados. As funções, variam desde a sobrecarga em sala de aula até o desempenho de funções extra docência. No plano das atividades docentes, constatou-se que, muitas vezes, tais profissionais assumem disciplinas sem aderência com a área de conhecimento de sua formação, além de assumirem carga horária extensa com atividades de extensão, pesquisa e gestão (como coordenações de áreas, de colegiados), de acordo com a demanda da instituição.

Vale registrar uma especificidade relativa às universidades multicampi: Geralmente, os docentes de tais instituições que atuam em departamentos localizados em municípios distantes da sede (reitoria), precisam se deslocar por muitas horas desde a sua casa até o seu ambiente de trabalho. Essa itinerância encontra-se marcada por situações de violências nas estradas, como assaltos e ainda, por situações de adoecimento físico (síndrome do pânico, problemas de coluna, dentre outros) por causa das longas horas de viagem de ida e volta toda semana.

O docente, de modo geral, enfrenta, atualmente, talvez um dos momentos mais desafiadores da sua profissão. Na universidade pública, a ameaça do desemprego, faz com que alguns profissionais estejam submetidos a uma lógica de precarização e produtivíssimo exacerbado, considerando a perda da autonomia institucional e individual de forma paulatina. Há uma invasão permanente no cotidiano dos professores de e-mails, mensagens no *WhatsApp* e das próprias tarefas que se sobrepõem ao espaço familiar. Importante salientar, que no momento em que a precarização assume o papel de centralidade, ela se transforma no objetivo central da estratégia da dominação. Tal força de dominação impõe condições precárias em contraponto à constante ameaça de perda de emprego. Percebe-se que a intensificação do trabalho e consequente precarização leva ao sofrimento no trabalho, com consequente adoecimento docente.

Nota-se a presença do sentimento de desqualificação, do professor substituto em relação aos professores efetivos. Nesse contexto, para além do cansaço e o esgotamento físico, a falta de reconhecimento e o descaso institucional são fatores que impactam diretamente na saúde mental do professor temporário. As angústias do trabalho invadem a vida e a saúde desse professor e aspectos como drogadição foram percebidos nos discursos analisados.

Com efeito, as universidades públicas brasileiras, atualmente, enfrentam um dos maiores desafios da história, que se caracteriza, por um lado, na luta política para a de garantia da sustentabilidade e afirmação da sua importância no cenário nacional, apesar de, por imposição, reconfigurarem seus modelos e dinâmicas, de forma a assegurar não só o cumprimento de suas vocações e missões mas, também, de garantir o caráter democrático, laico, público e gratuito, comprometido com a justiça e a equidade social e, por outro lado, combatendo toda forma de retrocesso civilizatório e desvalorização humana que tenham como base o recrudescimento da garantia de direitos sociais e a ausência de reconhecimento simbólico dos sujeitos que as compõem.

Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal6, 2013.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e época da informalização. *In Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo (Org.). São Paulo: Boitempo, 2006.

BAHIA. **Lei Delegada nº 66, de 01 de junho de 1983**. Cria a Universidade do Estado da

Bahia - UNEB e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/70067/lei-delegada-66-83>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. **Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Disponível em: <https://governoba.jusbrasil.com.br/legislacao/85381/estatuto-do-servidor-publico-do-estado-da-bahia-lei6677-94>. Acesso em: 07 jul. 2016.

_____. **Lei nº 7176, de 10 de setembro de 1997.** Reestrutura as Universidades Estaduais da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85403/lei-7176-97>. Acesso em: 07 jul. 2016.

_____. **Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002.** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/86168/lei-8352-02>. Acesso em 07 jul. 2016.

_____. Secretaria do Planejamento. **Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia.pdf. Acesso em 10 jul. 2016.

BRASIL. **Lei Federal nº 8112, de 11 de novembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm. Acesso em 03 jul. 2016.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação.** Brasília, DF: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996.** Conselho Nacional De Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 23 ago. 2017.

BOURDIEU, Pierre. A precariedade está hoje por toda parte. *In*: BORDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 119-127.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: um estudo da psicopatologia do trabalho.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DRUCK, Graça. **A flexibilização e a Precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação.** In XXXI Encontro Anual da ANPOCS – 2007, Caxambu: 2007.

DRUCK, M. G. **A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação.** *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31. Caxambu, 2007.

_____. **Trabalho, Precarização e Resistência: Novos e Velhos Desafios.** CADERNO CRH, Salvador, v. 24, SPE n. 01, p. 37-57, 2011.

DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo J. de; JESUS, Selma C. S. Precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos. **Trabalho em questão**, SEP n. 86, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010. p.103-129

EHRENBERG, A. **La Société du malaise.** Odile Jacob, Paris: 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HYPÓLITO, Álvaro M. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: Teoria e Prática – Vol. 21, n. 38, Período out/dez-2011.**

MANCEBO, Deise. **Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 875-892, out./dez. 2017.

RIGHETTI, S. **Crise nas universidades**. Ciência e Cultura, v.69, n.2, p.6-8. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os processos de globalização**. In: A globalização e as ciências sociais. Org: Boaventura de Sousa Santos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

STANDING, Guy. *A Precariat Charter: From Denizens to Citizens*. London: Bloomsbury, 2014.

TRINDADE, Hélio. **Universidade em ruínas na República dos Professores**. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede, 1999.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Conselho Universitário. **Resolução nº 969/2013**. Estabelece critérios e procedimentos para a Seleção e Contratação de Professor Substituto no âmbito da UNEB e dá outras providências. Disponível em: <https://portal.uneb.br/conselhos/wp-content/uploads/sites/103/2019/09/969-consu-Res.-crit%C3%A9rios-e-proced.-sele%C3%A7%C3%A3o-e-contrata%C3%A7%C3%A3o-de-prof.-substituto.pdf>. Acesso em 04 jul. 2016.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista**. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Org: Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2006.

VIEIRA, Denise Vieira da Silva. **Alienação do Trabalho docente? O professor no centro da contradição**. Salvador. Quarteto, 2015.

WORDCLOUDS: Free online Wordcloud generator. Free online Wordcloud generator. 2018. Disponível em: <https://www.wordclouds.com>. Acesso em: 29 set. 2018.